COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.456, DE 2004

Acrescenta parágrafos ao art. 18 da Lei nº 6.729, de 1º de dezembro de 1979, com a redação que lhe deu a Lei nº 8.132, de 1990, que "Dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre".

Autor: Deputado GIACOBO

Relator: Deputado JÚNIOR BOZZELLA

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 3.456, de 2004, de autoria do Senhor Deputado GIACOBO, que altera o texto da Lei nº 6.729, de 1979, que regula a distribuição de veículos automotores mediante a concessão comercial entre fabricantes e revendedores.

Conforme a redação atual, as relações jurídicas entre as partes mencionadas são efetivadas por meio de ajustes celebrados entre elas e denominados em seu artigo 17 de convenções de categorias econômicas.

A proposta diz respeito às convenções das categorias econômicas, propondo o acréscimo de quatro parágrafos ao artigo 18 da lei.

O artigo 18 referido traz, em quatro incisos, as finalidades da celebração dessas convenções, quais sejam a de explicitar princípios e normas de interesse das partes, a de declarar a entidade civil representativa da rede de distribuição, a de resolver, por decisão arbitral, questões pendentes entre as partes e a de disciplinar, por juízo declaratório, assuntos sobre as convenções da marca.

O primeiro parágrafo que se pretende acrescentar ao dispositivo legal em foco definiria que as convenções econômicas serão celebradas entre as entidades nacionais representativas das partes no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data da solicitação escrita formulada por uma das partes à outra acompanhada de justificativa pertinente.

O segundo parágrafo visa a facultar às partes a deliberação do conteúdo da convenção por meio do procedimento de arbitragem previsto na Lei nº 9.307, de 1996, devendo o assunto escolhido como objeto de arbitragem ser indicado na solicitação, assim como o tribunal arbitral responsável para se incumbir da tarefa.

Em seguida, o parágrafo terceiro assegura ao solicitante instaurar processo de arbitragem perante o juízo arbitral indicado na hipótese de ocorrer recusa ou silêncio da parte solicitada à celebração da convenção.

Finalmente, o parágrafo quarto estabelece que tanto as convenções de categorias econômicas quanto a sentença que decidir o processo arbitral não poderão acarretar prejuízos às políticas públicas relativas ao sistema nacional de viação e aos sistemas de transportes em geral.

A presente proposição foi distribuída às Comissões de Viação e Transportes, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Constituição e Justiça e de Cidadania em observância ao disposto nos artigos 24, inciso II, e 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD.

A Comissão de Viação e Transportes aprovou o projeto de lei por unanimidade sem promover modificações em sua redação original.

Posteriormente, a proposição foi aprovada unanimemente no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio com uma única emenda adotada nos termos do pronunciamento do relator.

A matéria foi desarquivada e voltou a tramitar regularmente na Casa.

Transcorreu sem emendas o prazo regimental próprio.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.456, de 2004, a teor do disposto no artigo 32, IV, “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A competência legislativa é atribuída concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal (artigo 24, I e V, da Constituição da República). Ao Congresso Nacional cabe dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Presidente da República (artigo 48), sendo a iniciativa parlamentar legítima em face da inexistência de iniciativa privativa de outro Poder (artigo 61).

Assinale-se que tanto a proposição original quanto a emenda adotada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio obedecem aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afrontam princípios e normas de natureza material da Constituição da República.

Quanto à juridicidade, vislumbra-se que tanto o projeto de lei em tela quanto a mencionada emenda se encontram inteiramente de acordo com os princípios e fundamentos do ordenamento jurídico vigente.

A técnica legislativa empregada no projeto de lei em exame, no entanto, não se encontra de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Entre outras irregularidades, observa-se a ausência de um artigo inaugural que enuncie o seu objeto, de outro que disponha sobre a cláusula de vigência e de emprego de aspas e das letras maiúsculas NR entre parêntesis para indicar que se modificará dispositivo legal já existente.

Verifica-se ainda a inadequada menção feita aos parágrafos que se pretende acrescentar ao artigo 18 da Lei nº 6.729, de 1979 (artigo 2º do projeto de lei). Sugere-se, assim, que seja alterado o texto da proposição mediante a elaboração de substitutivo com vistas à sua adequação às normas

legais em tela e ainda para fins de seu aperfeiçoamento com o uso de vocabulário e técnica de redação mais adequados.

Por seu turno, na ementa do Projeto, a data da Lei nº 6.729 está equivocada, já que a norma foi promulgada em 28 de novembro de 1979, e não em 1º de dezembro daquele ano.

Quanto à emenda adotada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, não se verifica em seu texto óbice quanto à técnica legislativa.

Diante do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.456, de 2004, com o aprimoramento de técnica legislativa feito no Substitutivo em anexo, e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da emenda adotada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Votamos, pois, pela aprovação do PL 3456/2004 e da emenda da CDEIC, nos termos do Substitutivo apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado JÚNIOR BOZZELLA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.456, DE 2004

Acresce parágrafos ao art. 18 da Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, que dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acresce parágrafos ao art. 18 da Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, que dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.

Art. 2º O artigo 18 da Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º a 4º:

“Art. 18.

.....

§ 1º A celebração de convenções de categorias econômicas entre as entidades mencionadas no inciso I do art. 17 deverá ocorrer no prazo de noventa dias contados da data em que for requerida com a devida justificação por uma delas à outra.

§ 2º É facultado às partes deliberar sobre o conteúdo das convenções de categorias econômicas mediante a adoção do procedimento de arbitragem previsto na Lei 9.307/1996, devendo, para tanto, a parte requerente indicar com exatidão a matéria que deve ser objeto de arbitragem, bem como sugerir o tribunal arbitral que dele se incumbirá.

§ 3º A recusa na celebração da convenção de categoria econômica ou o silêncio sobre a solicitação de celebração da mesma facultará à parte solicitante requerer, nos 30 (trinta) dias subsequentes ao prazo estipulado no § 1º deste artigo, a citação da outra parte para comparecer em juízo a fim de dar prosseguimento ao processo da arbitragem, na forma estabelecida no artigo 7º da Lei 9.307/1996.

§ 4º As convenções de categorias econômicas e a sentença que decidir sobre a matéria objeto de procedimento arbitral

referidas nos parágrafos anteriores não poderão acarretar prejuízos às políticas públicas atinentes ao sistema nacional de viação e aos sistemas de transportes em geral. (NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado JÚNIOR BOZZELLA
Relator

2019-11475